

## Resenha

# Análise e reflexões do filme medida provisória: formas de (re)existências em um Brasil distópico

■ Cledson Quadros; Fernanda Cruz

### RESUMO

A presente resenha possui como objetivo expor e discutir a respeito do filme "Medida Provisória". É apontado no trabalho, portanto, uma visão geral do enredo da obra cinematográfica, aspectos pertinentes dela e a contextualização com a sociedade brasileira atual e o momento sócio-histórico de outrora. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica relativa aos temas diretamente ligados à obra, quais sejam: o racismo no Brasil, a desigualdade social, a pobreza, violência policial, entre outros. Dessa forma, buscou-se relacionar o filme futurista com a conjuntura social contemporânea do país.

### Palavras-chave

Distopia, Medida Provisória, Racismo Estrutural, Opressão.

Medida provisória é o primeiro filme de ficção do diretor Lázaro Ramos, que também atua como ator. O longa tem o roteiro baseado no sucesso teatral brasileiro “Namíbia, Não!”, de Aldri Anunciação. O filme se passa em um Brasil futurista, onde o governo, como forma de reparação social pelos tempos de escravidão decreta uma medida provisória em que os cidadãos de “melanina acentuada”, termo adotado para se referir ao negro, sejam obrigados a irem para os países do continente africano com discurso pautado no suposto “retorno às origens”. Tal medida gera uma onda de resistências e protestos em que a situação leva os melaninados a elaborarem modos de (Re)existências como recurso de enfrentamento. No decorrer da trama, são levantadas diversas pautas sociais, as quais vão enriquecer e também contribuir para o desenrolar do longa.

De acordo com Fernandes (1978, apud NUNES, 2021, p. 80), “desde o período de colonização do Brasil, o país enfrenta um racismo enraizado e associado a uma percepção imposta pelo homem

branco como dominador dos demais povos, como os negros e indígenas, tidos como seres inferiores em relação aos caucasianos.”. Dessa forma, tem-se que a população negra do Brasil sofre uma constante anulação de suas vivências e narrativas desde os tempos coloniais.

O filme busca, portanto, abordar sobre esse histórico de racismo estrutural presente no país de uma maneira diferente da que estamos acostumados a debater. A obra retrata um universo distópico que, em primeira análise, pode parecer totalmente desviante da realidade – embora a sociedade brasileira seja marcada pelo racismo – uma vez que, no filme, o racismo atinge um patamar nunca visto de tal forma: a eliminação explícita do povo afro-brasileiro para fora do Brasil em forma de “reparo”. No entanto, sabe-se que a realidade exposta no filme não está tão distante assim, tendo em vista que as heranças da escravidão do povo preto ainda permanecem até os dias atuais e de diversas formas, são múltiplas violências as quais são naturalizadas e tidas como normais, estão presentes em todos os níveis, desde o questionamento se as cotas raciais são necessárias até pequenas falas, comentários, expressões, recriminações veladas, entre outros. Na obra, isso não é diferente, mas é retratado com outro viés, as falas de personagens brancos que ironizam e desdenham dos protagonistas de maneiras sem vergonha ou filtros são justificadas por uma suposta melhoria na vida de quem é negro e endossadas por um governo racista.

As demonstrações de racismo e a luta por um espaço na sociedade brasileira são diversas em todo o filme, mas alguns exemplos são válidos ressaltar com mais veemência. Um exemplo é o caso de demonstração de racismo quando o personagem que é advogado, Antônio (Alfred Enoch), ciente dos seus direitos como cidadão e conhecedor da Constituição brasileira, está cômico de que a força policial não poderia invadir seu apartamento por conta de uma lei que o ampara, na mesma cena Antônio se depara com o noticiário da TV, que mostra que as pessoas da periferia não estão tendo esse mesmo direito assegurado. A força policial invade as residências e recolhem os moradores à força e com violência. Isso evidencia a disparidade social explícita produzida por questões de classe, de gênero e de raça.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado (CORRÊA, 1989, p. 29).

Nesse sentido, fica evidente que o filme possuía como objetivo transpassar aspectos da realidade inseridos num mundo fictício tão difícil e adoeceador para as pessoas negras quanto na

realidade. É válido ressaltar que, mesmo que a periferia seja o lugar onde, em sua maioria residem as pessoas marginalizadas da sociedade, no filme pouco é exposto esse espaço como sendo onde os policiais e outros agentes de poder vão à busca de pessoas negras para serem deportadas – embora em dado momento ocorra uma cena de tal situação e isso fique subentendido –, o foco acaba sendo o residencial em que vivem os personagens principais Capitú e Antônio (Taís Araujo e Alfred Enoch), que detinham um espaço no tecido social reconhecido como mais privilegiado por possuírem carreiras dentro da medicina e do direito, respectivamente. Isso demonstra de maneira ainda mais enfática a mensagem que a obra cinematográfica pretende repassar, uma vez que ainda que essa fosse a realidade para ambos, nada iria ser suficiente para excluí-los do fatídico destino de serem enviados ao continente africano e não permanecerem no país em que nasceram e ao qual pertencem por direito. Tal qual no mundo real, em que inúmeros estigmas são atribuídos às pessoas pretas, em que, muitas vezes, há questionamentos por parte de pessoas brancas dos lugares mais privilegiados que afro-brasileiros ocupam, inferiorizando-os e menosprezando-os de inúmeras formas, alegando que aquele lugar não os pertence, na obra fictícia, isso não é diferente.

A partir do desenrolar do filme, é possível perceber, portanto, as relações dele com o mundo real, aspectos do que já ocorreu na história em uma nova expressão e o que ainda se faz presente. Em determinado momento, os melaninados construíram o que eles denominaram de Afrobunker, os quais nesse contexto seriam os quilombos modernos, que serviam de moradia e de resistência contra as injustiças impostas pelo governo. Sabe-se que os quilombos sempre tiveram um papel importante desde a época da escravidão em que se visava garantir a sobrevivência do povo preto e manter a identidade e as tradições vivas. O afrobunker surge, então, como a ferramenta para resistência não apenas como local físico, mas também como forma de lutar ativamente em prol do direito de ser o protagonista da sua própria história, tendo em vista que todos estavam articulando e pensando em uma saída.

Assim, é importante expor o simbólico da cena em que o homem branco é morto pelas pessoas pretas e o mesmo ocorre com outro personagem preto de destaque da trama, André (Seu Jorge). Tal acontecimento ao final da obra é extremamente emblemático para o enriquecimento do enredo e a ligação com a vida real, haja vista que:

O racismo estrutural se expressa no genocídio escancarado da juventude negra e em diversas formas de desigualdade. Na hierarquia de gênero, por exemplo, as mulheres negras são as que mais morrem e sofrem com a violência doméstica. A mortalidade de jovens negros no Brasil é superior a de países em guerra civil no mundo. São 63 mil jovens brasileiros mortos por ano, sendo mais de 70% são negros. (PINTO, 2020).

O longa-metragem ora resenhado possui como foco principal, por conseguinte, as questões do racismo estrutural e suas manifestações na sociedade. Os povos negros africanos foram silenciados, perderam seus lugares geográficos e sociais. Com isso, suas identidades e seus filhos afro-brasileiros lutam, incessantemente, gerações a fio, para garantir lugar neste novo mundo, onde continuam como outros em função do racismo estrutural que está na base das relações sociais, políticas, econômicas e culturais no país (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

O objetivo da presente resenha foi elucidar a respeito da produção cinematográfica chamada “Medida Provisória” de Lázaro Ramos e refletir criticamente o contexto dessa com a sociedade brasileira contemporânea. Concluiu-se que o filme em si é extremamente envolvente e as narrativas na forma que são construídas em cada personagem prendem o telespectador e fazem com que haja reflexão e compreensão das vivências e dos modos como o racismo se manifesta ainda nos dias atuais e que poderia suceder em um mundo não tão diferente do nosso.

Por fim, é indispensável assinalar a reflexão da escritora e ativista Bell Hooks, que evidencia a luta por uma sociedade mais unida, igualitária e antirracista: “Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos” (HOOKS, 2019, p. 39).

## Referências

- ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Proposições**, São Paulo, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgjvnZDChYypd/?lang=pt&format=pdf>
- CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1999. Capítulo 1, 2 e 3.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros**. São Paulo: Elefante, 2019.
- MEDIDA provisória. Direção: Lázaro Ramos. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2022. (143 min.). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/medida-provisoria/t/FrtkdsBtzB/>. Acesso em: 20 set. 2022.
- NUNES, D. H., LEHFELD, L. S., NETTO, C. M. A Desconstrução do mito da democracia racial e o racismo estrutural no Brasil: educação e transformação social. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, n. 63, p. 79-104, jan. 2021.
- PINTO, Walber. Violência policial contra jovens negros escancara o racismo estrutural no Brasil. **CUT Brasil**, São Paulo, 20 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/violencia-policial-contra-jovens-negros-escancara-o-racismo-estrutural-no-brasil-f507>. Acesso em: 01, de out. de 2022.
- RAPOSO, P. L.; ALMEIDA, R. S. de; SANTOS, S. C. M. dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 16, p. 19, 2021. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.16.15355.055. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15355>. Acesso em: 26 set. 2022.

**Cledson Quadros**

É discente de Psicologia na Universidade da Amazônia.

E-mail: cledsonquadros2@gmail.com

**Fernanda Cruz**

É discente de Psicologia na Faculdade Anhanguera de Macapá.

E-mail: nandararissa@gmail.com